

A CONTRIBUIÇÃO DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO NA TRANSVERSALIDADE DO CURRÍCULO: MEIO AMBIENTE NA ESCOLA

Talita Lucas Belizário¹
Lauana Araújo Silva²

RESUMO: O supervisor pedagógico possui atualmente papel muito importante na discussão sobre a transversalidade e interdisciplinaridade da educação ambiental (EA) na escola, pois o mesmo está diretamente ligado na ação do professor na sala de aula. Diante disso o artigo expõe uma revisão da literatura sobre como o trabalho do supervisor educacional deve ser orientado para que seja comprometido com as questões ambientais. Foi feito um levantamento bibliográfico por meio de dados eletrônicos e impressos de faculdades da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, além de pesquisas em livros e revistas científicas. Essa revisão da literatura permitiu compreender que o supervisor deve estimular o trabalho em equipe de todos os professores das diversas áreas, para que todos possam compartilhar o desafio gerado pela complexidade das questões ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Transversalidade; Educação Ambiental; Supervisor Pedagógico.

ABSTRACT: The educational supervisor currently has very important role in the discussion of the transversal and interdisciplinary nature of environmental education (EE) in school, because it is directly connected to the action of the teacher in the classroom. Ahead of this article exposes a literature review on how the work of the educational supervisor should be oriented so that it is committed to environmental issues. We conducted a literature review through electronic data and printed colleges of the city of Uberlândia, Minas Gerais, as well as research in books and scientific journals. This literature review allowed us to understand that the supervisor should encourage team work of all the teachers of the various areas, so that everyone can share the challenge generated by the complexity of environmental issues.

KEYWORDS: Transversality, Environmental Education; Educational Supervisor.

¹ Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Graduada em Inspeção e Supervisão Escolar. E-mail: talita@iftm.edu.br

² Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: lauanasilva@demac.ufu.br

1. INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) reconhecem a Educação Ambiental como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma nova disciplina, mas sim como um tema transversal.

Como se percebe, os instrumentos legais e os programas governamentais reforçam o caráter de interdisciplinaridade atribuído à Educação Ambiental, que deve perpassar os conteúdos de todas as demais disciplinas, desde a educação infantil até a pós-graduação.

A Educação Ambiental, como processo contínuo que busca a conquista da cidadania e o desenvolvimento justo, solidário e sustentável, é meio e não fim. Assim, os conteúdos tradicionais só farão sentido para a sociedade e para quem os ensina e estuda, se estiverem integrados em um projeto educacional abrangente de transformação, a começar pelo ambiente escolar, envolvendo a comunidade e os funcionários, repensando o espaço físico e a administração escolar, as práticas docentes e a participação discente, isto é, discutindo toda a dinâmica de relações que se estabelecem no ambiente que nos cerca. É nesse contexto que o supervisor deve integrar todas as partes da escola, incentivando o diálogo entre as diversas áreas do saber, estimulando os docentes e os discentes a conhecerem e pesquisarem a realidade do meio onde vivem.

Este artigo expõe uma revisão da literatura existente sobre como o trabalho do supervisor educacional deve ser orientado nas escolas de educação básica, para que seja comprometido com as questões ambientais.

2. A IMPORTÂNCIA DO SUPERVISOR EDUCACIONAL

O conceito da palavra supervisão, segundo o sentido etimológico, vem das palavras super (sobre) e visão (ação de ver). Indica a atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer. Sendo assim, supervisão escolar é a visão global, sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola (MEDINA, 1997).

A questão conceitual é extremamente importante, uma vez que ela determina uma prática, num determinado contexto, em determinada época. Esta ação pode ser restrita ou abrangente, burocrática ou pedagógica, política ou subserviente, alienada ou

comprometida. Permite optar por uma ação fundamentada, que, aliás, deve ser a característica de um Supervisor Escolar (LIBÂNIO, 2002).

O supervisor escolar representa um profissional importante para o bom desempenho da educação escolar, o mesmo deve opinar, expor seu modo de pensar e procurar direcionar o trabalho pedagógico para que se efetive a qualidade na educação. Na atualidade o supervisor se direciona para uma ação mais científica e mais humanística no processo educativo, reconhecendo, apoiando, assistindo, sugerindo, participando e inovando os paradigmas, pois tem sua “especialidade” nucleada na conjugação dos elementos do currículo: pessoas e processos. Desse modo, caracteriza-se pelo que congrega, reúne e articula.

Diante das perspectivas atuais o supervisor escolar representa uma figura de inovação. Aquele profissional que assume o papel fundamental de decodificar as necessidades, tanto da administração escolar, quanto pedagógicas, a fim de fazer com que sejam cumpridas as normas e como facilitador da atividade docente, garantindo o sucesso do aprendizado. Contudo, a ação supervisora tornar-se-á sem efeito se não for integrada com os demais especialistas em educação, (Orientador Escolar, Secretário Escolar e Administrador Escolar).

Medina (1997) argumenta que nesse processo, o professor e supervisor têm seu objeto próprio de trabalho: o primeiro, o que o aluno produz; e o segundo, o que o professor produz. O professor conhece e domina os conteúdos lógico-sistematizados do processo de ensinar e aprender; o supervisor possui um conhecimento abrangente a respeito das atividades de quem ensina e das formas de encaminhá-las, considerando as condições de existência dos que aprendem (alunos).

Segundo Passerino (1996), o trabalho do supervisor educacional deve ser orientado pela concepção libertadora de educação, que exige um compromisso muito amplo, não somente com a comunidade na qual se está trabalhando, mas consigo mesmo. Trata-se de um compromisso político que induz a competência profissional e acaba por refletir na ação do educador, em sala de aula, as mudanças almejadas. Todavia, a tarefa do supervisor é muito difícil de ser realizada, exige participação para a integração em sua complexidade.

Portanto o supervisor constitui-se em um agente de mudanças, facilitador e mediador, oportunizando uma relação de harmonia entre os interlocutores da instituição. Sua prática não deve estar dissociada da teoria e nem a teoria da prática. Não é possível

abordar a questão da supervisão sem ter claramente explicitado o contexto em que a sua ação se situa, pois, é a partir daí, que queremos repensar seu papel político e social.

3. TRANSVERSALIDADE DO CURRÍCULO: MEIO AMBIENTE

O tema transversal meio ambiente foi inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a partir da agenda 21, documento que o Brasil assinou em 1992. Desde então a educação ambiental (EA) vem sendo valorizada como ação educativa que deve estar presente, de forma interdisciplinar e transversal, articulada com o conjunto de saberes, formação de atitudes e sensibilidades ambientais. Diante disso o supervisor pedagógico que está intimamente relacionado ao planejamento, organização e execução da proposta pedagógica da escola deve estar comprometido juntamente com o professor na formação do sujeito ecológico, que é a idealização de um aluno capaz de compreender o mundo e agir nele de forma crítica.

[...] A EA, ao problematizar o modelo de desenvolvimento vigente, considera não apenas a degradação ambiental, mas os efeitos. Questionar esse modelo é libertar os sujeitos de uma vida reprodutora, assim, ampliando a percepção de que podem construir à sua realidade. Esse é o papel que a política de Educação Ambiental tem a desempenhar na construção da Escola Democrática e Popular. (CARVALHO, 2002, p. 20).

Conteúdos e conceitos como preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, conscientização ecológica, não tem sentido sem uma abordagem também histórica, sociológica, filosófica, ou desprendida dos conhecimentos ministrados pelas outras Ciências, entre elas, Geografia, Biologia, Química e Física.

Além disso, é difícil imaginar que uma disciplina de Educação Ambiental consiga fugir à tendência da “educação bancária” que temos no Brasil, como diria Paulo Freire. Isso implicaria em imposição de conteúdos e preocupação com provas e notas “pra passar”, o que afronta a ideia da Educação Ambiental como forma mútua de educar para uma tomada de consciência sobre as questões ambientais.

A Educação Ambiental, pelos conteúdos e conhecimentos sobre meio ambiente, é interdisciplinar e o modo como deve ser ministrada é através da transversalidade, perpassando as disciplinas curriculares. De acordo com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1998):

Ambas – transversalidade e interdisciplinaridade – se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática (MEC/SEF, 1998, p. 29).

Dias (1998) conceitua a Educação Ambiental como um conjunto de conteúdos e práticas ambientais, orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, por meio do enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da comunidade.

Leff (2002), ao analisar a problemática ambiental, reconhece que a Educação Ambiental exige uma integração de conhecimentos e aproximações sistêmicas, holísticas e interdisciplinares que, se limitadas à reorganização do saber disponível, são insuficientes para satisfazer essa demanda de conhecimentos. A questão ambiental requer novos conhecimentos teóricos e práticos para sua compreensão e resolução. Dessa forma, a Educação Ambiental induz a um desenvolvimento de conhecimentos em diversas disciplinas científicas. Por isso, o autor apresenta a interdisciplinaridade como um processo de intercâmbio entre os diversos campos e ramos científicos, nos quais são transferidos, incorporados e assimilados métodos, conceitos e termos.

Nesse sentido, a contribuição pedagógica para a construção de uma nova relação entre homem e meio ambiente deveria se dar por meio da inserção das questões ambientais de forma transversal, na estrutura curricular dos conteúdos tradicionais, mas enriquecida com exemplos, práticas, experiências, materiais educativos, mídias e atividades extraclasse que aproximem o estudante com o ambiente em que ele vive.

Na concepção de Oliveira (2007):

A transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais (conceitos, fatos e princípios), como procedimentais (relacionados com os processos de produção e de ressignificação dos conhecimentos), e também atitudinais (valores, normas e atitudes), formam campos com determinadas características em comum: não estão configurados como áreas ou disciplinas; podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas; estão ligados ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida cotidiana; envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo (p.108).

Nenhuma área (Geografia, Química, Biologia, Ciências) consegue, isoladamente, tratar todas as questões ambientais. Caberá então ao supervisor escolar, inserir a temática ambiental no projeto político pedagógico da instituição e definir os projetos e ações que a escola pretende realizar.

De acordo com os PCN's (1998, p.23)

deve-se considerar que, como a realidade funciona de um modo sistêmico em que todos os fatores interagem, o ambiente humano deve ser compreendido com todos os seus inúmeros problemas. Tratar a questão ambiental, portanto, abrange toda a complexidade da ação humana: se quanto às disciplinas do conhecimento ela é um tema transversal, interdisciplinar, nos setores de atuação da esfera pública ela só se consolida numa atuação do sistema como um todo, sendo afetada e afetando todos os setores: educação, saúde, saneamento, transportes, obras, alimentação, agricultura, etc.

Os temas transversais apresentam-se como um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria particular, pode-se considerar comum a todas. Com a transversalidade, busca-se um novo diálogo permanente em sala de aula e fora dela, onde professores, estudantes e comunidade criam um ambiente de educação conjunta (uns educando os outros e a si mesmos, como sonhava Paulo Freire) sobre o meio ambiente e a necessidade de preservação e respeito às diferentes formas de vida.

4. SUPERVISÃO E O TRABALHO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para Carvalho (2008), trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Nesse contexto o supervisor deve estimular o trabalho em equipe de todos os professores das diversas áreas, para que todos possam compartilhar o desafio gerado pela complexidade das questões ambientais. Significa construir um conhecimento dialógico, ouvir os diferentes saberes, tanto os científicos quanto os outros saberes sociais (locais, tradicionais, das gerações, artísticos, poéticos, etc.); diagnosticar as situações presentes, mas não perder a dimensão da historicidade, ou seja, dar valor à história e à memória que se inscreve no ambiente e o constitui, simultaneamente, como paisagem natural e cultural.

[...] se o ensino da EA não tiver uma abordagem política, econômica, cultural e social, o mesmo será considerado como ensino de biologia e/ou ecologia, em que, na maioria das vezes o homem é apresentado como um elemento a mais na cadeia de energia (REIGOTA, 1998, p. 35).

Se na esfera educacional há consenso sobre a necessidade de problematização das questões ambientais em todos os níveis de ensino, ainda há resistências e/ou incompreensões sobre a interdisciplinaridade e a transversalidade, que resultam em uma aparente baixa eficácia das ações de Educação Ambiental nos ambientes escolares.

Para isso é necessário que os supervisores escolares reforcem a inserção da Educação Ambiental no projeto político pedagógico de cada estabelecimento de ensino (escola desde a infância até o ensino médio) de forma multi, trans e interdisciplinar, como um plano coletivo da comunidade escolar.

Dentre as atividades que os supervisores podem desenvolver com os professores, a criação de projetos educativos críticos é uma delas. Branco (2003) menciona que esses projetos devem ter como base a realidade do aluno e a interdisciplinaridade, ou seja, trabalhar sobre a trajetória de Chico Mendes envolve exatamente a visão socioambiental, onde todos os professores das diversas áreas poderão contribuir. Trata-se então de reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais.

O papel da Educação Ambiental, sem dúvida, perpassa todas as áreas do conhecimento e exige reflexões acerca da problemática ambiental e também sobre a educação no Brasil, em que os conhecimentos pouco dialogam uns com os outros e muito menos com a realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, a percepção ambiental alcançou destaque nos últimos 20 anos, por refletir no bem estar e na qualidade de vida dos indivíduos (QUADROS & FREI, 2009). Conforme relatado por Gomes (2007), a consciência ecológica é importante para contextualizar a crise ecológica local e global dando oportunidades de se criar espaços que reflitam a relação harmônica homem-natureza.

O surgimento da educação ambiental, que decorre da nova abordagem das relações entre o homem e o meio ambiente, além de buscar uma mudança de valores, hábitos e

atitudes, leva a uma tomada de consciência cada vez maior sobre os problemas ambientais do planeta para garantir a todos um ambiente sustentável (TOZONI-REIS, 2004).

Diante disso, são grandes os desafios a enfrentar quando se procura direcionar as ações para a melhoria das condições de vida no mundo. E é nesse contexto que os supervisores pedagógicos devem provocar uma reflexão nos professores de como é possível, dentro das condições concretas da escola contribuir para que os jovens e adolescentes de hoje percebam e entendam as consequências ambientais de suas ações nos locais onde trabalham, jogam bola, enfim, onde vivem.

Uma educação transformadora envolve não só uma visão ampla de mundo, como também a clareza da finalidade do ato educativo. Os supervisores escolares precisam assumir uma posição política e competência técnica para programar projetos a partir do aporte teórico para ajudar juntamente com os professores na formação de cidadãos conscientes do ambiente que vivem (JR PHILIPPI; PELICIONI, 2005). Isso se configura num processo de construção de uma cidadania emancipatória, na medida em que assegura a apropriação de diversos conteúdos curriculares de forma interdisciplinar, construindo competências para a formação de um sujeito cidadão, corresponsável e participativo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, I.C.M. **A invenção ecológica**: sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2.ed, Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CARVALHO, I.C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico.4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 5ª ed. São Paulo: Gaia, 1998.

GOMES, A. P. W. **Percepção Ambiental dos alunos da Faculdade de Viçosa – FDV**.In: Semana Acadêmica de Meio Ambiente: Gestão, Educação e Inovação Tecnológica, v.1, p. 1-6. Viçosa, 2007.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

LIBÂNIO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MEC/SEF (Secretaria da Educação Fundamental/MEC). Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MEDINA, A. S. Novos olhares sobre a supervisão. **Supervisor Escolar: parceiro político-pedagógico do professor**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, H. T. **Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! In: Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Ministério da Educação/MEC – Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em agosto, 2012.

PASSERINO, L. R. I. M. **O Supervisor educacional à luz da concepção libertadora.** Revista Acadêmica, PUC - PR: 1996.

PHILIPPI, A. Jr. P; FOCESI, M. C. **Educação Ambiental e sustentabilidade.** Editora Manole, 2005

QUADROS, L. S.; FREI, F. **Percepção Ambiental dos residentes da cidade de Assis - SP com relação à arborização viária da Avenida Rui Barbosa.** Revista Brasileira de Arborização Urbana, v.4, n.2, p. 16–34. 2009

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas: Autores Associados, 2004.